

O LAGO DE ITAIPU COMO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DA PESCA: SÃO MIGUEL DO IGUAÇU-PARANÁ (BRASIL) – HERNANDARIAS-ALTO PARANÁ (PARAGUAI)¹

Graziele Ferreira
Mestre em Geografia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) - Francisco Beltrão.
grazieleferre@hotmail.com

RESUMO: Na Fronteira de dois países, Brasil e Paraguai, especificamente entre os municípios de São Miguel do Iguçu, no Paraná/BR e Hernandarias, no Alto Parana/PY, encontra-se o Lago de Itaipu, da usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, palco da atuação de pescadores artesanais, que sobrevivem do seu trabalho nessas águas. Este artigo tem o objetivo de analisar e refletir sobre o limite fronteiriço do Brasil e do Paraguai no Lago de Itaipu, onde pescadores de ambas as nacionalidades transitam e usam o território para pescar; bem como compreender a relação estabelecida entre esses sujeitos, que buscam constantemente seu pescado sem inferir no limite sobre as águas. Para cumprir esse objetivo realizou-se uma breve discussão sobre o conceito de fronteira e território, para compreender esse fenômeno contemporâneo transfronteiriço dos pescadores, ou seja, para compreender as dimensões das relações estabelecidas entre os sujeitos, as interferências e as normatizações desse processo, buscando entender o conceito de pescador e fazer algumas considerações da relação com o ambiente de trabalho. Todo o levantamento de dados ocorreu com as informações obtidas junto à Colônia de Pescadores Z11, de São Miguel do Iguçu-PR e junto a órgãos como o Ministério da Pesca e Aquicultura (MAP) e a Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Paraná (SFPA-PR), bem como dados da pesca do Paraguai.

Palavras-chave: Lago de Itaipu, Pescadores, Território, Fronteira.

RESUMEN: Frontera de dos países, Brasil y Paraguay, especificamente los municipios de São Miguel do Iguçu, en Paraná/BR y Hernandarias, en Alto Paraná/PY, es la central hidroeléctrica Itaipu Binacional Lago de Itaipu, escena de la acción de pescadores artesanales, que sobreviven de su trabajo en estas aguas. Este artículo tiene el objetivo de analizar y reflexionar sobre la frontera umbral de Brasil y Paraguay en el Lago de Itaipu, donde los pescadores de ambas nacionalidades, de tránsito y usar el área para la pesca, así como a entender la relación entre estos temas, buscando constantemente sus capturas sin inferir el límite sobre el agua. Celebró una breve discusión sobre el concepto de frontera y territorio, para entender este fenómeno contemporáneo de la pesca transfronteriza. Para comprender las dimensiones de los vínculos entre los sujetos, las interferencias y las normas de este proceso, tratando de entender el concepto de los pescadores y algunos consideraciones en relación con el entorno de trabajo. Toda la recolección de datos se obtuvo de información cerca de la Colonia de Pescadores Z11, de São Miguel do Iguçu-PR e de organismos tales como el

Ministerio de Pesca y Acuicultura (MAP) y la Superintendente Federal de Pesca y Acuicultura de Paraná (SFPA-PR) y los datos de la pesca de Paraguay.

Palabras-clave: Lago de Itaipu, Pescadores, Territorio, Frontera.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é parte de uma pesquisa, em construção, sobre a Comunidade de Pescadores Artesanais no Lago de Itaipu, pesquisa que estuda a pesca artesanal continental em sua realidade territorial. O propósito é refletir sobre o limite fronteiriço do Brasil e do Paraguai no Lago de Itaipu, onde pescadores de ambas as nacionalidades transitam e usam o território para pescar. Trata-se, inclusive, de compreender a relação estabelecida entre esses sujeitos, que buscam constantemente seu pescado sem inferir no limite sobre as águas.

Com base em uma abordagem transfronteiriça, busca-se compreender o que ocorre nas áreas de pesca no Lago e como se constituem esses espaços geográficos, avaliando a realidade pesqueira dessa fronteira internacional entre o Brasil e o Paraguai, por meio do território, também do “entre-lugar”, onde ocorre a troca de informações e de identidades.

Inicialmente realizou-se uma breve discussão sobre os conceitos de fronteira e de território, para compreender esses fenômenos contemporâneos transfronteiriços dos pescadores. Seguidamente se analisam as dimensões das relações estabelecidas entre os sujeitos, as interferências e as normatizações desse processo, buscando entender o conceito de pescador e fazendo algumas considerações da relação com o ambiente de trabalho.

Na perspectiva metodológica, buscou-se compreender a situação do setor pesqueiro numa região de fronteira, fazendo-o mediante dados obtidos na Colônia de Pescadores Z11, de São Miguel do Iguacu-PR, e em órgãos como o Ministério da Pesca e Aquicultura (MAP) e a Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Paraná (SFPA-PR), bem como dados da pesca do Paraguai.

As reflexões propostas se referem ao estudo das relações dos pescadores no Lago de Itaipu, no trecho do município de São Miguel do Iguacu, no Paraná-BR, com 1,3% de habitantes praticantes da pesca artesanal (num total de 25.755 habitantes), sem contabilizar os

pescadores esporádicos, com os pescadores do distrito (município) limite ao Lago de Itaipu, Hernandarias, no Alto Parana-PY, como pode ser observado na Figura 01, a seguir:

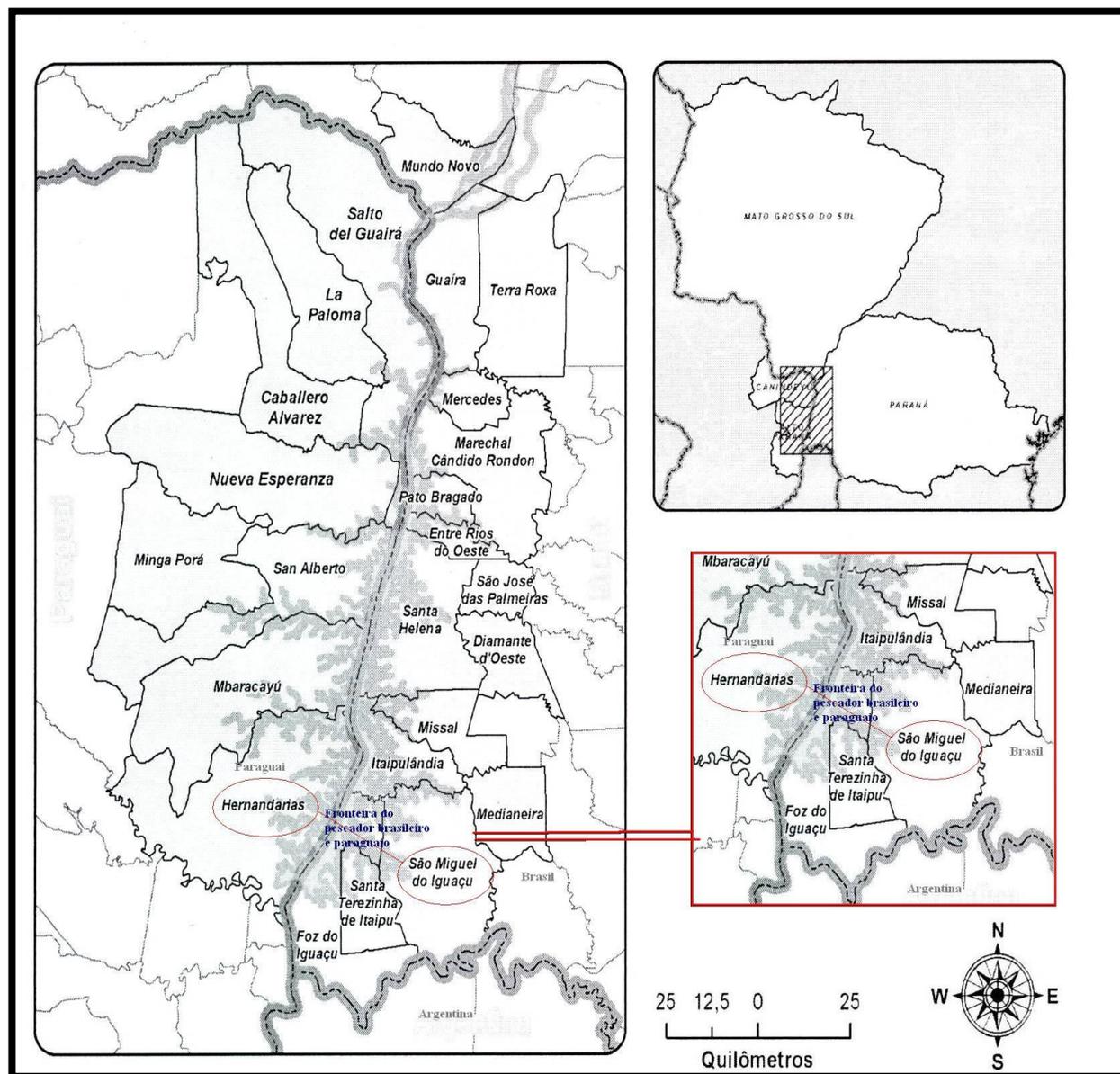


Figura 01 - Localização do Estudo - Trecho do Lago de Itaipu.

Base Cartográfica: IBGE (2003). Elaboração REOLON, Cléverson A. Organizado por: FERREIRA, Graziele.

Propõe-se, no momento, compreender os pescadores “sem fronteiras”, de nacionalidades diversas, paraguaia e brasileira, que têm importante papel na identificação de

um território, do limite e da fronteira analisada. Assim, o limite e a fronteira também são importantes nesta análise, o primeiro com função de separar, enquanto que o segundo abrange o estabelecimento de relações distintas, ou seja, existe um intercâmbio cultural, social e político que contribui para constituir o processo de diferenciação entre o “eu” e o “outro”, construindo a alteridade e definindo a sua percepção.

Outros procedimentos metodológicos também contribuíram para esta pesquisa, a destacar: levantamento bibliográfico, dados e informações de instituições que atuam na fronteira da pesca, entrevistas com diversos agentes da região em estudo, presidente da Colônia de Pesca e pescadores, bem como a realização de trabalho de campo.

Nas águas do Lago de Itaipu...

A partir do processo de formação do Lago de Itaipu, em 1982, constituído por uma área de 1.350 km², configurou-se uma nova realidade territorial. Assim, o que antes consistia em áreas agrícolas e um relativamente estreito e profundo canal de rio com águas revoltas e perigosas, agora é um Lago de águas represadas e plácidas, que, além de aproveitadas a grandiosa produção de energia, servem para a pesca artesanal continental de várias comunidades nos dois países da fronteira entre Brasil e Paraguai.

A partir de então, agricultores ou trabalhadores urbanos passaram a ser pescadores² ou passaram a conciliar ambos os trabalhos. Inicialmente se busca a compreensão desse novo sujeito na região fronteiriça, sujeito esse considerado um agricultor, ribeirinho — morador de comunidade pesqueira — um pescador artesanal.

Considerando essa premissa e com base em Diegues (1983), entende-se que o pescador do Lago de Itaipu participa da categoria pescador/agricultor. Não deixa de ser pescador artesanal continental, seja pelas técnicas de trabalho tradicionais adotadas e pela utilização de mão de obra familiar, mas também por se tratar de áreas dentro do continente.

A pesca artesanal é desenvolvida, de modo geral, por pessoas que têm o objetivo principal de consumo imediato do pescado capturado, e é feita principalmente por consumidores representados por comunidades ribeirinhas, comunidade que obtêm, dessa forma, por meio da pescaria, algum excedente para adquirir alimentos e mais alguma

remuneração para a sustentação familiar (RESENDE, 2006). É essa também a prática que foi se estabelecendo, a partir de 1982, os pescadores do Lago de Itaipu recém-represado.

Outro aspecto importante na vida desses ribeirinhos e, de muitos outros pescadores artesanais no Brasil, está no vasto conhecimento da várzea, do rio e da mata que os circundam. O conhecimento tradicional desses povos abrange inúmeros aspectos da vida dos rios e suas relações com a mata, dos tipos e hábitos dos peixes, como migração, alimentação, época e lugares de desova dos cardumes, desenvolvendo técnicas de captura como armadilhas fixas de baixo impacto sobre a ictiofauna (RESENDE, 2006).

Para Silva; Oliveira e Nunes (2007), os pescadores fazem parte de uma rede ecossistêmica e suas interações não devem ser observadas apenas do ponto de vista do uso e da apropriação dos recursos, mas no contexto das relações sociais e de poder.

Para Diegues (1983), a diversidade de pescadores no Brasil é imensa e bem distinta, tendo características bem peculiares de uma localidade para outra. Por isso se faz relevante o conhecimento empírico dessas comunidades pesqueiras antes de estudá-las.

Tanto no Brasil quanto no Paraguai, a pesca se caracteriza pelo uso de pequenas embarcações, com menor esforço unitário de pesca. O regime de trabalho é familiar, de vizinhança ou de parentesco e as técnicas de trabalho e captura do pescado são tradicionais. Além disso, o lago artificial, em uma região de fronteira internacional, configura um espaço bem específico, com estreitas relações entre os sujeitos pescadores.

Quando se trata de fronteira, especificamente entre águas, a primeira ideia que surge é de um limite, de um limite de um Estado-Nação em relação a outro, ou seja, a divisa entre países envolvidos. Essa forma de entender o termo caracteriza uma visão simplista, uma vez que seu significado envolve algo muito mais complexo. Desse modo, busca-se entender a complexidade da constituição do espaço fronteiro, diferenciando-o de limite, demonstrando que fronteira se trata de uma invenção humana, na qual se admitiu a existência do outro, da diferença – da alteridade.

Na região do Lago de Itaipu, os encontros de identidades formam o hibridismo (o entre-lugar) presente nas relações e nas práticas sociais travadas na fronteira do Brasil com o Paraguai. Especificamente, no caso da análise que se propõe aqui, em um trecho do Lago de

Itaipu, na fronteira entre São Miguel do Iguçu, no Paraná/Brasil, e Hernandarias, no Alto Parana/Paraguai.

Fronteira e limite não possuem o mesmo significado, pois limite é algo que foi determinado, uma linha divisória que permanece como um obstáculo fixo, independente da existência ou não de fatores físico-geográficos ou culturais, enquanto a fronteira é fluida, tem vida própria e não se prende ao limite. Nesse sentido, o chamado “marco de fronteira” é, na verdade, um símbolo visível do limite.

Raffestin afirma que “[...] o limite é, portanto, uma classe geral, um conjunto cuja fronteira é um subconjunto”. Por sua vez, Dorfman e Rosés (2005, p. 1996) conceituam limite e fronteira afirmando que limite

[...] é um atributo do estado-nação, delimitando soberania, isto é, demarcado a vigência de normas estatais diferenciadas em cada um dos seus lados e extensivas no interior do território. A fronteira distingue os territórios estatais, mas não os torna estanques, na medida em que fluxos de pessoas, objetos e informação cruzam constantemente o limite.

Para as autoras, a fronteira separa territórios estatais, mas isso não significa que os tornam isolados, porque sempre haverá o ir e vir das pessoas, objetos e informações. Já o limite é definido pelo Estado-Nação que irá delimitar até onde vai sua extensão territorial, a abrangência de sua legislação, a sua soberania. O limite seria o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial.

É importante entender que o conceito de limite é próprio do homem, e os elementos da natureza são intrusos. Assim, a base para a sustentação da análise aqui proposta está no estudo do Lago de Itaipu como “limite natural”, embora sendo um lago construído artificialmente pelo ser humano. Para os pescadores esse limite não ocorre, pois buscam o pescado em toda extensão do Lago, tanto do lado brasileiro como do paraguaio. Esse limite lhes é imposto culturalmente e socialmente e divide o ambiente natural único.

Já o conceito de fronteira é utilizado há muito tempo e a noção acerca dos termos limites e fronteiras evoluíram constantemente. Na análise de Albuquerque (2010), a noção de fronteira no mundo contemporâneo adquire vários sentidos, tais como: “delimitações de

territórios ou como metáforas da vida social, fronteiras porosas e rígidas, barreiras ou formas de travessias, diferenças e sincretismos, limites e caminhos”.

Toda fronteira é uma construção humana e, na medida em que a inventamos, nessa medida identificamos o outro, a alteridade. Assim, as fronteiras surgem com o intuito de se sobrepor, de dominar territórios redefinindo-os constantemente.

Martin (1994) concebe fronteira como sendo uma zona de transição. Nesse sentido, no Lago de Itaipu, é possível perceber que existe uma fronteira, e as relações que são estabelecidas acabam interferindo no modo como os pescadores se organizam e vivem em suas colônias de pesca e na busca do pescado sobre as águas. O lado brasileiro apresenta características paraguaias, bem como os pescadores paraguaios adquirem características brasileiras, tornando-se uma zona de transição entre diferentes identidades.

Um exemplo citado pelos pescadores se refere ao modo de pescar, sendo dos brasileiros uma prática cotidiana baseada na pesca em maior quantidade com redes, e, para os paraguaios, uma prática menos intensa e voltada ao lazer e à subsistência na sua grande maioria, baseada na pesca com anzol. Como essas particularidades convivem com os pescadores, e pela vivência acabam hibridando as práticas.

Nesse espaço pesqueiro, que nesta pesquisa denominou-se chamar de território da pesca, também se instauram profundas relações de poder nos limites das fronteiras. Pode-se afirmar isso por existirem pescadores com funções diferentes, em que alguns somente pescam, outros fazem parte da presidência da Colônia de Pesca e são responsáveis pela organização, outros são responsáveis pelos circuitos de venda do pescado, mas todos identificam o território de formas distintas de territorialização no tempo contemporâneo, em diferentes esferas econômicas, políticas e culturais.

Como os pescadores, que antes eram somente agricultores, tiveram que se readaptar ao novo território, surge uma multiterritorialidade através da reterritorialização. Para Haesbaert (2006), a partir dos processos de territorialização ocorrem as formas de dominação do espaço, mediando as relações de poder, tanto de maneira concreta como também de forma simbólica.

A desterritorialização é a integração dos sujeitos que promovem as relações de poder de um indivíduo, grupo ou instituição, de acordo com suas especificidades. Esse processo se dá

devido à construção de seus (multi)territórios, associando a experiência cultural, econômica e política com o espaço.

Segundo Costa e Moretti (2011), partindo do princípio de que toda identidade é cultural e de que, por ser cultural, é uma “construção”, ou uma “negociação” social-histórica, pensamos que o ambiente fronteiro é propício para estabelecer uma discussão acerca do assunto, pois é nesse “entre-lugar”³ que o indivíduo procura se reconhecer frente à alteridade. Assim, os pescadores do Lago possuem suas especificidades para garantir sua identidade específica, porém vivem em constantes alterações pelo contato com outra nacionalidade.

Nesse viés, concorda-se com Bhabha (1998, p. 85), ao afirmar que: “Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram [...], é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente”.

Oliven (2006) afirma que, até há pouco tempo, havia a ligação de identidades sociais a grupos de determinado lugar – país, cidade ou bairro – e que ali projetavam suas memórias, tradições e valores e para isso era necessário demarcar fronteiras. O fato de existir essa demarcação é, ao mesmo tempo, uma afirmação de que é possível conter uma cultura, estabelecendo limites e decidindo o que caberia nela ou não.

Para o autor citado, isso, no entanto, se torna difícil, pois as pessoas viajam e carregam suas roupas, suas línguas, seus costumes e suas ideias, além do fato de que, cada vez mais, elas podem viajar sozinhas através dos meios de comunicação. Assim, o ambiente fronteiro tem contribuição importante na constituição de identidades, pois é nele que os diferentes se encontram, sendo, portanto, o lugar da alteridade.

Martins (1997) investiga fronteira a partir do humano, da alteridade, do humano no seu limite histórico:

[...] fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. (MARTINS, 1997, p. 13).

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. (MARTINS, 1997, p. 150-151).

Na perspectiva da abordagem territorial pesqueira, o conceito de território integra três dimensões: a política, a cultural e a econômica. A política se refere às relações de poder no espaço, logo o território é entendido como espaço delimitado e controlado para o exercício do poder, o qual, geralmente, mas nem sempre, deriva do Estado. A dimensão cultural prioriza o subjetivo, assim o território é compreendido como um produto de apropriação e valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço vivido. Finalmente a econômica, menos difundida, concebe o território como fonte de recursos, abordando a divisão territorial do trabalho (HAESBAERT, 2007, p. 40).

Souza (apud Guedes, 2009, p. 33) acrescenta que os territórios são construídos e desconstruídos nas mais diferentes escalas, espaciais e temporais, em um campo de forças onde se manifestam relações de poder espacialmente delimitadas. Assim, o território deve ser abordado em sentido amplo, multidimensional e multiescalar, sem restringir/limitar a um espaço uniescalar como o do Estado-Nação, mas tratando o conceito de acordo com os contextos históricos e geográficos em que foi produzido (HAESBAERT, 2007, p. 96).

O território interessa tanto como articulador de conexões ou redes em escala global, quanto como uma área-abrigo e fonte de recursos, em escala local (HAESBAERT, 2007, p. 97).

Com base em Saquet (2010, p. 34), pode-se afirmar que território é a cena do poder e lugar de todas as relações sociais: “O território é um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social”.

Para Haesbaert (2007, p. 84), a concepção de território em Raffestin torna-se bastante ampla, o território como a prisão que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado. Para Raffestin (1993, p. 11): “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

A delimitação dos territórios é a materialização das relações de poder que estão ocorrendo em um determinado espaço. Esta é sempre produto do desejo e da necessidade de

sobrevivência e representa todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais (RAFFESTIN apud SILVA, 2006, p. 55). Assim, falar em território significa fazer uma referência implícita à noção de limite, que exprime a relação que um grupo mantém com uma dada porção do espaço. Logo, delimitar implica isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa (SILVA, 2006, p. 55).

Robert Sack também compreende território como produto da organização social. A territorialidade corresponde às ações de influência e controle, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, sobre uma determinada área do espaço, podendo ocorrer em diferentes níveis escalares (cf. SAQUET, 2010, p. 83).

Assim, essa localidade do Lago de Itaipu forma um território pesqueiro, onde atuam indivíduos de dois países em busca de um objetivo maior: o pescado. Nessa fronteira existe um emaranhado de relações de poder em diferentes escalas, produto de uma organização social e dos indivíduos pescadores. Nessa fronteira existe um território de invenção do outro, onde o indivíduo procura se reconhecer frente à alteridade. É um “entre-lugar”, uma zona de transição entre os diferentes que estão a negociar uma identidade de pescadores.

A identidade desses pescadores artesanais é uma e convivem com suas diferenças e semelhanças. Apesar de possuírem culturalmente diferenças nacionais, são trabalhadores da pequena produção mercantil. O pescador artesanal se caracteriza por ter na atividade pesqueira a principal fonte de renda, por explorar ambientes marinhos e costeiros, por contar com um relativo avanço tecnológico e porque a propriedade dos instrumentos de trabalho define seu papel na organização produtiva (DIEGUES, 2004, p. 135).

Berkes et al. (2006, p. 55) reconhecem os pescadores artesanais como detentores de saberes tradicionais. Definem esses saberes como um corpo cumulativo de conhecimentos, de práticas e de crenças, que evolui por processos adaptativos e é repassado através das gerações por transmissão cultural, que diz respeito à relação entre os seres vivos (incluindo os seres humanos) entre si e com o seu ambiente:

Na pesca o conhecimento tradicional é entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer que são transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais e são

responsáveis por assegurar a reprodução de seu modo de vida. É constituído por um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em sua relação com o meio ambiente aquático (marinho, lacustre, fluvial) e com a própria sociedade. (DIEGUES, 2004, p. 196).

No Lago de Itaipu, a associação e a dependência dos pescadores em relação ao universo natural se baseiam em saberes e técnicas locais, de manejo e do ambiente. Se “a pescaria tem um mistério”, como afirmou um pescador, ele reside exatamente neste conhecimento acerca da natureza que determina, como, por exemplo, a saída para a pesca deva ocorrer de acordo com o vento Nordeste, porque este aproxima o pescado do barranco, ou que as “noites escuras” dão mais peixe porque as redes ficam menos visíveis na água, ou que a “cheia” condiciona o retorno do lago, porque o barco não pode encalhar nos galhos e árvores que estão no lago.

Em uma de nossas conversas, os pescadores declararam como são as relações com os pescadores paraguaios:

Cada um pode pescar em qualquer lugar do Lago, às vezes vamos até a barranca do lado paraguaio e eles vêm até aqui. Todos respeitam o espaço que possui uma rede, significa que alguém pesca ali. Mas nós usamos mais o Lago que eles, pelo menos no nosso trecho, eles pescam mais por esporte, acho que a Itaipu dá mais incentivo para nosso lado, temos pontos de pesca e colônias mais organizadas, só que o peixe nada em todo o lugar e ele não têm dono, quem pegar consome e vende. - Relata Inácio (Entrevista, 2011).

Nas falas dos entrevistados, percebe-se que suas representações ressaltam o apego ao estilo de vida próximo à natureza, uma vez que podem conciliar o trabalho na agricultura, pois a maioria mora perto do Lago, ainda utiliza a pesca como apoio de renda, pois consideram difícil viver só do pescado. Concluem que, apesar das dificuldades, gostam de pescar.

A Semana Santa é considerada o “natal” dos pescadores, pois é o período mais movimentado do ano. Ao comentar sobre esse período, o pescador diz adorar essa época, onde se encontram os pescadores de ambas as nacionalidades:

[...] adoro a liberdade do pescador de ter sua liberdade de pescar, sua liberdade de convivência melhor, no dia-a-dia; a sua liberdade de vender o peixe; de comercializar e comer o peixe. A liberdade de viver melhor,

escolher o lugar para pescar. Adoro passar pelo pescador paraguaio, cumprimentar, cada um pesca de um lado da barranca e volta depois para seu país sem problema nenhum, até porque nós queremos o peixe e esse também é livre pra andar em todo o lago, não interessa se é lado brasileiro ou paraguaio. – Relata Carmo. (Entrevista, 2011).

No espaço do lago (água), percebeu-se a situação relatada pelo pescador, que existe respeito entre os pescadores, nenhum invade o território do outro enquanto esse o utiliza. Exemplo disso ocorre no ponto de ceva escolhido em um determinado local, onde pescador aporta certa quantidade de alimentos para atrair o pescado e ali lançar posteriormente suas redes e anzóis, ou ainda limpa um trecho do fundo do rio, retirando a galhada para lançar as redes, esse espaço é utilizado por ele na temporada.

Também foi notável a organização do espaço construído para dormir e guardar os equipamentos (terra), apesar da individualização do trabalho (apenas o pescador e seus cônjuges e filhos, cadastrados como ajudantes). Isso não impede que haja cooperação entre os pescadores. Muitas vezes, um ajuda o outro a limpar o peixe, a revistar redes e a consertar equipamentos. E ainda sobra tempo para conversas, baralho e almoços festivos.

Nos pontos de pesca existe um ambiente bem familiar, onde todos se conhecem, emprestam materiais de pesca bem como o barco, ajudando-se mutuamente. Existe um responsável pela organização dos pescadores em cada ponto, responsável ao qual alguns chamam presidente do ponto.

Segundo o anterior superintendente da SFPA-PR, José Wigneski, o governo vem buscando a integração política e econômica com outros países para melhorar o setor pesqueiro da região de fronteira⁴. Como um dos problemas do setor pesqueiro no lago de Itaipu é a escassez do pescado, o Ministério da Pesca e Aquicultura, junto com a Itaipu Binacional, estão buscando soluções urgentes com as autoridades paraguaias para resolver o entrave, pois o Lago de Itaipu é um lago formado artificialmente e compreende uma área de 770 km² no lado brasileiro e 580 km² do lado paraguaio.⁵

Assim, percebem-se as profundas relações entre os países de fronteira, que buscam interligar e ajudar os pescadores do Lago de Itaipu, independentemente de serem do Brasil ou do Paraguai, pois para eles não existem fronteiras nem limites, visto que o que importa

verdadeiramente é seu pescado e a manutenção de seu modo de vida. O que importa é manter sua identidade pesqueira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao início foi proposto discutir fronteira considerando a complexidade desta em uma região fluvial, num lago artificial que serve de limite e que, muito além de separar dois países diferentes, abrange o estabelecimento de relações dos pescadores de grupos distintos, ou não, fato que permite o surgimento daquilo que se torna diferente, ou seja, da alteridade.

É preciso entender que os termos *limite* e *fronteira* não possuem o mesmo significado. Embora ambos sejam construções humanas, o primeiro refere-se à linha que demarca/divide territórios e tende a ser fixo, enquanto o segundo é um processo de invenção, experiência, vivência humana em movimento e, por isso, é evidente que não há fronteira natural.

Os dois municípios, São Miguel do Iguçu-BR e Hernandarias-PY, teoricamente estão separados por uma fronteira, e um limite, mas, ao mesmo tempo, compartilham dos problemas ambientais do lago, da escassez de pescado, da falta de incentivo pesqueiro, já que para isso não existem demarcações. Essa fronteira é o lugar de encontro de temporalidades diversas, de conceitos e de preconceitos, de línguas e de culturas, que negociam a identidade dos pescadores.

Esse território caracterizaria um lugar diverso, onde se reconhece um quê de “hibridismo” dos dois, sendo, portanto, um “terceiro lugar”, um “entre-lugar”.

Vale ressaltar que o conceito de fronteira é empregado de forma diferente entre aqueles que não habitam e os que habitam esse lugar, pois a fronteira só existe quando os elementos fronteiriços são acionados.

No Lago de Itaipu, a fronteira é destacada ou se torna alvo de políticas públicas em função dos problemas advindos de relações da pesca, da busca do aumento da renda, do aumento do pescado e da manutenção e organização do setor pesqueiro em ambos os países, exigindo medidas aos poderes estabelecidos na zona de fronteira.

Todas essas características tornam esse território único e um campo rico para o desenvolvimento de pesquisas científicas. A fronteira, enquanto objeto de estudo geográfico,

compreende diversidades e singularidades próprias, exigindo a produção de teoria e de metodologias de análise específicas. Este é o desafio para a ciência, compreender a produção da fronteira a partir da singularidade desse território.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar. **As fronteiras ibero-americanas na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1276642584P7pWR3yt7Kc33BD7.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2012.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte, MG: EdUFMG, 1998.

BERKS, F. et al. **Gestão de pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Rio Grande, RS: FURG, 2006.

COSTA, Cecília A.; MORETTI, Edvaldo C. Invenção do outro e encontro de identidades na fronteira Brasil-Paraguai. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, marzo 2011. Disponível em: <www.eumed.net/rev/ccss/11/>.

DORFMAN, Adriana; ROSÉS, Gladys Teresa. Regionalismo fronteiriço e o “acordo para os nacionais fronteiriços brasileiros uruguaios”. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005, p.195- 228.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

GUEDES, E. B. **Território e territorialidade de pescadores nas localidades Céu e Cajuína Soure – PA**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belém: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, 2009.

MPA- Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/>>.

MARTIN, Andre Roberto. **Fronteiras e nações**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1994. 96 p.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 09-77 e 145-203.

OLIVEN, Ruben G. Territórios, fronteiras e identidades. In: SCHULER, Fernando; BARCELLOS, Marília de A. (Orgs.). **Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2006. p. 157-166.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005. p. 9-15.

RESENDE, E. K. de. **A pesca em águas interiores**. 2006. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicações/online>>. Acesso em: 20 maio 2010.

SFPA-PR- Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Paraná.

SILVA, C. N. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do Rio Itaquara, Breves – PA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Pará. Belém: [s.n.], 2006.

SANTOS, G. M.; SANTOS, C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Dossiê Amazônia Brasileira II. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, 2005.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Maurizete da Cruz; OLIVEIRA, Adão Sales; NUNES, Gleybison de Queiroz. Caracterização socioeconômica da pesca artesanal no município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará. **Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento**, Belém, v. 2, n. 4, jan./jun. 2007.

HAESBAERT, Rogério **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

UEM/NUPÉLIA/ITAIPU BINACIONAL. Reservatório de Itaipu: aspectos biológicos e socioeconômicos da pesca. 1997/1998. Por A. A. Agostinho et al. Maringá, 1999. 237 p.

UEM/NUPÉLIA/ITAIPU BINACIONAL. Monitoramento do rendimento e da socioeconomia da pesca no Reservatório de Itaipu. Relatório Geral de 2008. Por A. A. Agostinho et al. Maringá, 2009. 247 p.

NOTAS:

¹ Publicado originalmente nos Anais do X Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Enanpege) e revisado para esta publicação.

² Dados constatados pelo relatório da UEM/NUPÉLIA/ITAIPU BINACIONAL, 1999 e 2009.

³ A expressão *entre-lugar* é um termo cunhado por Homi Bhabha, um dos autores dedicados à constituição do Pensamento Pós-Colonial. Bhabha (1998), ao tematizar o processo civilizatório em suas múltiplas dimensões, refere-se largamente ao contato intensivo e permanente entre culturas, que derivavam em *territorialidades transitórias*, nexos comuns a grupos e/ou indivíduos diferentes. O autor cita, com frequência, a experiências de grupos étnicos na diáspora, a tensão entre a conservação de tradições e a incorporação de diferenças culturais no cotidiano. Era preciso, contudo, marcar o que havia de comum em experiências -limite de tantos grupos que se dissiparam de seus territórios e centros de pertencimento - muitas vezes por razões violentas como a expulsão, a escravidão, ou a busca da sobrevivência - e as diferenciações protagonizadas por grupos sociais contemporâneos, que, por razões diversas, apresentavam um *distúrbio de direção*, como a ausência de referências ou certezas concretas propiciadoras de um *ethos* efetivamente confiável para orientar as suas ações. Para o autor, essas experiências não estariam assim tão distantes, compreendendo-se que resultam de saldos imediatos ou residuais de processos civilizatórios baseados na dominação colonizadora, aculturação, e na tentativa de tornar imperativas formas específicas de viver, educar, trabalhar, etc. Nessa medida, pode-se aproximar a experiência de grupos étnicos (os entre-lugares como experiências que contradizem a aculturação) e a luta de tantos movimentos sociais que se contrapõem ao domínio econômico que marca os processos de colonização

⁴ Prova disso foi o Seminário promovido pela FAO em Foz do Iguaçu que aproximou os setores pesqueiros do Brasil, da Argentina e do Paraguai. A proposta é a de unificar a legislação sobre a pesca deses três países. Para tanto é necessário conhecer a realidade dos povos de cada nação, identificando seus problemas e apontando soluções.

⁵ Reportagem: Seminário Promovido pela FAO em Foz do Iguaçu aproxima o Setor Pesqueiro do Brasil, Argentina e Paraguai. Disponibilizado pela SFPA-PR.

Artigo recebido em outubro de 2013 e aceito em fevereiro de 2014.